

UNIÃO BRASILEIRO ISRAELITA DO
BEM-ESTAR SOCIAL (UNIBES)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

UNIÃO BRASILEIRO ISRAELITA DO BEM-ESTAR SOCIAL (UNIBES)

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores da
União Brasileiro Israelita do Bem-Estar Social (UNIBES)
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da União Brasileiro Israelita do Bem-Estar Social (UNIBES) (“Entidade”) que compreendem os balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da União Brasileiro Israelita do Bem-Estar Social (UNIBES), em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para pequenas e médias empresas (Pronunciamento Técnico CPC PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas) e em conformidade com a NBC ITG nº 2002/12 e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.409 – Associações sem Finalidade de Lucro.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à União Brasileiro Israelita do Bem-Estar Social (UNIBES), de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador (CEPC) e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Risco de perda da certificação CEBAS

Chamamos à atenção a Nota Explicativa nº 9.2 às demonstrações contábeis, que informam o protocolo do pedido de renovação do CEBAS, no período de 2024 a 2026, conforme Portaria MDS nº 352, de 27 de dezembro de 2012. Adicionalmente, a Entidade busca a adequação ao Decreto nº 11.791/2023, que regulamentou a Lei Complementar nº 187/ 2021, acerca da Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social (CEBAS), atuantes nas áreas da educação, da saúde e da assistência social. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de abril de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Carlos Aragaki'.

Carlos Aragaki
Contador CRC 1 SP 132091/O

UNIÃO BRASILEIRO ISRAELITA DO BEM-ESTAR SOCIAL (UNIBES)

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2025	2024 (reclassificado)		Nota explicativa	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	47.735	41.225	Fornecedores		257	536
Contas a receber	4	2.349	1.898	Obrigações tributárias e trabalhistas	7	1.981	1.925
Despesas antecipadas		127	124	Contas a pagar		23	83
Créditos diversos		213	475	Projetos sociais a realizar	8	2.468	5.016
Imóveis para venda	5	113	-			4.729	7.559
		50.536	43.721	Não circulante			
Não circulante				Provisão para contingências		726	186
Depósitos judiciais		200	228			726	186
Créditos diversos		53	53	Patrimônio líquido			
Imobilizado líquido	6	6.190	7.672	Patrimônio social	10	43.944	24.267
Intangível líquido	6	-	15	Reserva de doações		-	3.468
		6.443	7.969	Superávit do exercício		7.581	16.210
						51.525	43.944
				Total do passivo e patrimônio líquido			
						56.980	51.689
Total do ativo		56.980	51.689				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

UNIÃO BRASILEIRO ISRAELITA DO BEM-ESTAR SOCIAL (UNIBES)

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Receitas operacionais			
Donativos diversos	11	20.509	30.177
Receitas dos bazares	12	14.843	13.253
Auxílio às vítimas do Holocausto	13	11.949	10.583
Parcerias municipais e estaduais	14	10.487	10.029
Convênios com entidades privadas		2.647	1.666
Eventos beneficentes		2.357	994
Contribuição de associados		2.112	2.001
Outras receitas		123	863
Alienação de bens patrimoniais		2.229	528
Gratuidades – Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	9.1	4.856	4.859
Gratuidade – serviços voluntários		444	691
		<u>72.556</u>	<u>75.642</u>
Despesas e receitas operacionais			
Salários, encargos e benefícios	15	(25.961)	(24.610)
Projetos sociais	16	(5.559)	(4.848)
Auxílio às vítimas do Holocausto		(11.091)	(9.613)
Auxílio para bolsas de estudos	17	(4.577)	(3.527)
Auxílio - casas de repouso		(1.556)	(1.531)
Auxílio alimentos		(2.818)	(2.582)
Aluguéis		(1.359)	(1.538)
Serviços de terceiros		(3.787)	(3.027)
Transporte		(237)	(120)
Depreciação e amortização		(850)	(761)
Gratuidades tributárias – INSS e COFINS	9.1	(4.856)	(4.859)
Gratuidades – serviços voluntários		(444)	(691)
Outras despesas operacionais	18	(6.939)	(4.619)
		<u>(70.032)</u>	<u>(62.329)</u>
Resultado financeiro líquido		5.056	2.896
Superávit líquido do exercício		<u><u>7.581</u></u>	<u><u>16.209</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

UNIÃO BRASILEIRO ISRAELITA DO BEM-ESTAR SOCIAL (UNIBES)

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

	2025	2024
Superávit líquido do exercício	7.581	16.209
Resultado abrangente	7.581	16.209

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

UNIÃO BRASILEIRO ISRAELITA DO BEM-ESTAR SOCIAL (UNIBES)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

	Patrimônio social	Reserva de doações patrimoniais	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	21.368	4.011	2.899	28.278
Incorporação do superávit	2.899	-	(2.899)	-
Baixa de imóveis doados	-	(543)	-	(543)
Superávit líquido do exercício	-	-	16.209	16.209
Saldos em 31 de dezembro de 2024	24.267	3.468	16.209	43.944
Incorporação do superávit	16.209	-	(16.209)	-
Baixa de imóveis doados	3.468	(3.468)	-	-
Superávit líquido do exercício	-	-	7.581	7.581
Saldos em 31 de dezembro de 2025	43.944	-	7.581	51.525

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

UNIÃO BRASILEIRO ISRAELITA DO BEM-ESTAR SOCIAL (UNIBES)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

	2025	2024
Atividades operacionais		
Superávit do exercício	7.581	16.209
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do superávit/ (déficit) do exercício com o fluxo de caixa		
Depreciações e amortizações	850	761
Perda na alienação de ativo imobilizado	(857)	(528)
Provisões para contingências	540	121
(Decréscimo)/acrécimo em ativos		
Contas a receber	(451)	(81)
Créditos diversos	262	220
Despesas antecipadas	(3)	4
Depósitos judiciais	28	63
Imóveis à venda	(113)	-
(Decréscimo)/acrécimo em passivos		
Fornecedores	(279)	229
Obrigações trabalhistas e tributárias	55	(5)
Contas a pagar e outros passivos	(60)	(2.149)
Projetos sociais a realizar	(2.548)	1.471
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	5.006	16.315
Atividades de investimento		
Adições de ativo imobilizado	(724)	(876)
Receita de venda de ativo imobilizado	2.229	528
Caixa líquido originado das atividades de investimento	1.505	(348)
Superávit líquido de caixa e equivalentes de caixa	6.510	15.967
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	41.225	25.258
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	47.735	41.225
Superávit líquido de caixa e equivalentes de caixa	6.510	15.967

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A União Brasileiro Israelita do Bem-Estar Social (UNIBES) (“Entidade”) é uma Organização da Sociedade Civil (OSC), sem fins lucrativos, resultante da fusão, em 1976, de outras três instituições: Ofidas, Ezra e Policlínica Linat Hatzedek. Tem por objetivo promover o ser humano, incentivando sua plena integração social e ressaltando os valores da cidadania, dando assistência social a qualquer indivíduo que solicite ajuda econômica e moral.

No transcorrer de 2025, a Entidade não remunerou seus diretores, cumprindo as exigências legais para a manutenção da filantropia, conforme previsto pelo Decreto nº 7.237/2010, sendo que suas receitas são revertidas integralmente para a assistência de pessoas socialmente vulneráveis.

Reforma tributária do consumo (LC nº 214/2025)

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

A transição para o novo sistema tributário ocorrerá gradualmente entre 2026 e 2033. Considerando que o processo ainda se encontra em fase inicial e que diversas definições dependem de regulamentações infralegais, ainda não é possível estimar com precisão os efeitos quantitativos da Reforma Tributária na apuração dos tributos da entidade.

Lei Complementar nº 224/2025

Em 26 de dezembro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 224/2025, que dispõe sobre a redução linear de incentivos e benefícios tributários federais, que na prática reduz em 10% a isenção fiscal sobre o IRPJ, CSLL e COFINS.

Em 23 de fevereiro de 2026, foi publicada a Instrução Normativa nº 2.307/2026 com esclarecimentos sobre a aplicação da LC nº 224/2025, no que se refere às isenções tributárias aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, onde determina que a Organização é uma associação civil sem fins lucrativos e está enquadrada no artigo 15 da Lei nº 9.532, que prevê a isenção total de IRPJ e CSLL, atendendo seus requisitos.

Até o momento da divulgação desta demonstração a Administração declara que nos exercícios de 2025 e 2024, atendeu integralmente aos requisitos previstos na legislação e obtém o entendimento que a LC nº 224/2025 não produz efeitos que alterem o tratamento tributário da entidade para o ano de 2026.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

2.1. Base de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucro e NBC TG – 1000 (R1) – Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas.

A moeda funcional da Entidade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras da Entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Diretoria em 09 de abril de 2026.

2.2. Principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras

As principais políticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações financeiras são:

Apuração do superávit/déficit do exercício

As receitas oriundas de doações, subvenções e contribuições são registradas mediante documento-hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência. O superávit/déficit referente às atividades da Entidade é incorporado ao patrimônio social somente ao término de cada exercício social.

Estimativas financeiras e julgamentos

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas. A preparação das demonstrações financeiras da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais estimativas estão relacionadas ao ativo imobilizado e provisão para contingências conforme Notas Explicativas nºs 6 e 19, respectivamente.

Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, momento no qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao Custo Amortizado (CA); ao VALOR justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), ou ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Esses ativos são subsequentemente mensurados utilizando o método de juros efetivos. Se aplicável, o custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Na Entidade, os principais recebíveis classificados nesta categoria são o caixa e equivalentes de caixa, Títulos e Valores Mobiliários (caso mantido) e Contas a receber.

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao custo amortizado ou passivos financeiros ao VJR.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao VJR, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os principais instrumentos financeiros passivos da Entidade são os saldos devidos a fornecedores e contas a pagar. Após o reconhecimento inicial, tais operações são mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados.

A Administração monitora e revisa periodicamente estas estimativas e suas premissas.

Caixas e equivalentes de caixa

Incluem caixa e saldos positivos em contas correntes mantidas junto às instituições financeiras. Também incluem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação, ou considerados de liquidez imediata, ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo registrados pelos valores de custos acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou realização.

Títulos e valores mobiliários

Incluem as aplicações financeiras com liquidez a mais de 90 (noventa) dias e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Essas aplicações são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Contas a receber

São apresentadas ao valor presente de realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização das contas a receber, quando a Administração julga necessária.

Imobilizado líquido

Demonstrado ao custo de aquisição, doação ou construção, deduzido por depreciação acumulada, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

A depreciação é calculada com base em taxas anuais que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens, pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 6. A Entidade optou por não efetuar a revisão das taxas de depreciação de acordo com a vida útil dos bens, por entender que a estimativa utilizada para os seus bens se encontra adequada.

Obrigações trabalhistas e tributárias

São apresentados os valores referentes às obrigações trabalhistas, tributárias e contribuições devidas pela Entidade. As provisões trabalhistas são decorrentes de férias e encargos que é constituída com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante.

Trabalho voluntário

Os trabalhos voluntários, suportados pelos termos de adesão do voluntariado, são quantificados com base na atividade do voluntário, o volume mensal de horas e o custo hora calculado com base no salário-mínimo vigente. O valor do trabalho voluntário é registrado mensalmente na receita e despesa, ou projeto, dependendo da área de atuação do voluntário.

Novas normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2026

Uma série de novas normas foram efetivadas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026:

Normas IFRS S1 e S2 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e divulgação relacionadas ao clima: A Entidade acompanha os assuntos contidos nas duas normas, no entanto, estas são, por ora, aplicáveis unicamente a companhias de capital aberto. A Entidade não tem planos de adotar espontaneamente as duas normas, que têm vigência prevista para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

Norma CPC 51/IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras

Melhorias em relação à classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações no CPC 39/IAS 32, CPC 40/IFRS 7, CPC 48/IFRS 9): A Entidade está avaliando os impactos das mudanças para atendimento, conforme vigência em 1º de janeiro de 2027.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024 (reclassificado)
Caixa	9	12
Bancos – contas correntes	1.463	653
Bancos – contas poupança	4.867	3.389
Aplicações financeiras – fundos de investimentos e outros	41.397	37.171
	<u>47.735</u>	<u>41.225</u>

Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras disponíveis imediatamente para resgate foram apresentadas na categoria “Títulos e valores mobiliários”. A reclassificação destes ativos foi realizada para melhorar a apresentação do balanço.

As aplicações financeiras estão representadas principalmente por cotas de fundo de investimentos, compostos por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e fundos de renda fixa, com remunerações próximas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As emissoras destes instrumentos financeiros são bancos de primeira linha.

A taxa de juros média auferida nas aplicações financeiras foi de 15,2%, correspondendo a 106% do CDI, cuja taxa alcançou 14,32% no exercício de 2025. Referidas aplicações estão atualizadas pelos rendimentos auferidos, reconhecidos proporcionalmente até a data das informações anuais, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

4. Contas a receber

	2025	2024
Cartão de crédito – bazar	1.840	1.641
Vendas em bazares a depositar	43	62
Outras contas a receber	466	195
	<u>2.349</u>	<u>1.898</u>

UNIÃO BRASILEIRO ISRAELITA DO BEM-ESTAR SOCIAL (UNIBES)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

5. Imóveis para venda

Imóveis	Valor da doação
Imóvel - Rua Júlio Conceição, 452 - Apto 22 - Bom Retiro - SP	15
Imóvel Rua Alameda Barros, 75 - Apto 123 - Santa Cecília - SP	97
	<u>113</u>

6. Imobilizado

			2025		2024
	Taxa de depreciação anual (%)	Custo	Depreciação	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Terrenos	-	85	-	85	85
Edifícios	4	5.659	(1.889)	3.770	4.965
Móveis e utensílios	10	772	(494)	278	323
Instalações	10	68	(68)	0	2
Bens patrimoniais diversos	10	47	(47)	0	-
Veículos	20	1.100	(867)	234	370
Equipamentos de informática	20	1.958	(1.099)	859	1.039
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25	1.138	(708)	430	361
Máquinas e equipamentos	10	787	(253)	534	528
		<u>11.615</u>	<u>(5.425)</u>	<u>6.190</u>	<u>7.672</u>
	2024	Adições	Baixas	Depreciação	2025
Ativo imobilizado intangível líquido	15	-	-	(15)	-
Terrenos	85	-	-	-	85
Edifícios	4.965	411	(1.372)	(195)	3.770
Móveis e utensílios	323	10	-	(54)	279
Instalações	2	-	-	(2)	-
Bens patrimoniais diversos	-	-	-	-	-
Veículos	370	-	-	(137)	234
Equipamentos de informática	1.039	137	(18)	(328)	859
Benfeitorias em imóveis terceiros	361	90	-	(46)	430
Máquinas e equipamentos	527	76	(1)	(73)	534
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	-
Ativo imobilizado tangível líquido	<u>7.672</u>	<u>724</u>	<u>(1.391)</u>	<u>(835)</u>	<u>6.190</u>
Total ativo imobilizado	<u>7.687</u>	<u>724</u>	<u>(1.391)</u>	<u>(850)</u>	<u>6.190</u>

Abertura das alienações no exercício

	2025			Resultado na alienação de bens patrimoniais
Valor da alienação	Valor da alienação	Valor de depreciação	Baixa imobilizado	
Imóvel - Rua Humaitá, nº 543 e 547 - Bela Vista - São Paulo - SP	1.250	162	(1.521)	(109)
Imóvel - Rua Bandeirantes, nº 489 apto 72 - Bom Retiro - São Paulo - SP	310	41	(54)	297
Imóvel - Rua Frei Caneca, 58, ap 111 - Consolação, São Paulo - SP	195	37	(37)	195
Imóvel - Rua Newton Prado, 120, ap 81 - Bom Retiro, São Paulo - SP	133	41	(41)	133
Imóvel - Rua Prates, 622 - Ap 42 - Bom Retiro - São Paulo - SP	341	-	-	341
	<u>2.229</u>	<u>281</u>	<u>(1.653)</u>	<u>857</u>

UNIÃO BRASILEIRO ISRAELITA DO BEM-ESTAR SOCIAL (UNIBES)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

7. Obrigações tributárias e trabalhistas

	2025	2024
Provisão de férias e encargos a pagar	1.449	1.457
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) a recolher	110	105
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) a pagar	157	116
Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) a recolher	246	234
Obrigações diversas	18	13
	<u>1.981</u>	<u>1.925</u>

8. Projetos sociais a realizar

	2025	2024
Recursos de entidades internacionais	2.418	2.372
Recursos para projetos públicos	35	749
Recursos para projetos privados	14	1.895
	<u>2.468</u>	<u>5.016</u>

Referem-se, substancialmente, aos recursos recebidos pela Entidade com destinação contratual expressa que serão utilizados exclusivamente nos projetos ou assistências a que se referem, com saída de recursos no próximo exercício social.

9. Tributos e contribuições

9.1. Renúncia fiscal - benefícios usufruídos INSS

Em atendimento ao Decreto nº 7.237 de 20 de julho de 2010 (revogado e substituído pelo Decreto nº 8.242, de 2014) são demonstrados a seguir os valores relativos às isenções previdenciárias, como se devidos fossem gozadas durante os exercícios de 2025 e de 2024:

Benefícios usufruídos	Cota patronal	Terceiros	RAT	2025	2024
	3.521	1.033	143	4.694	4.762

Os referidos valores são considerados individualmente como receita e despesa nas demonstrações dos resultados dos exercícios.

9.2. Renúncia fiscal

Benefícios usufruídos Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro

A Entidade está isenta de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro de acordo com os artigos 12º e 15º, da Lei nº 9.532/1997. A Entidade apresenta anualmente a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (ECF).

Programa de Integração Social (PIS)

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, conforme decisão judicial proferida em junho de 2015, nos autos nº 0010429-49.2014.4.03.61.00, sexta vara federal da comarca do capital do Estado de São Paulo, foi reconhecida a imunidade ao PIS.

COFINS

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03, sujeitando-se ao pagamento da mesma sobre suas demais receitas. As isenções apuradas, como se devidos fossem gozadas durante os exercícios de 2025 e de 2024 são as seguintes:

Benefícios usufruídos	2025	2024
Assistência social	162	97

O valor da renúncia é calculado sobre a receita financeira (3%).

9.3. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)

O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, que tem como objetivo assegurar a manutenção da imunidade/isenção tributária da Entidade venceu em 31 de dezembro de 2020, sendo que seu pedido de renovação foi efetuado tempestivamente em 15 dezembro de 2020, conforme protocolo emitido pelo Ministério da Cidadania. O referido processo segue em análise. Diante do prazo, em 22 de dezembro 2023 foi protocolado processo de renovação do CEBAS referente ao período de 2024-2026, o qual também foi considerado tempestivo.

Ambos os requerimentos estão em avaliação sob a responsabilidade do Ministério em comento, podendo requerer análises de outros entes governamentais. A Administração com base em seu histórico operacional e opinião de seus assessores jurídicos entende que a renovação deste Certificado será obtida sem qualquer ônus para a Entidade, portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais contingências.

10. Patrimônio líquido

Patrimônio social

O patrimônio social é apresentado em valores atualizados e compreende a somatória dos valores dos superávits e déficits ocorridos desde a fundação da Entidade. Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu estatuto social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

UNIÃO BRASILEIRO ISRAELITA DO BEM-ESTAR SOCIAL (UNIBES)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

11. Donativos diversos

	2025	2024
Pessoas Jurídicas	9.417	10.211
Pessoas Físicas	11.092	19.965
	<u>20.509</u>	<u>30.177</u>

Em 2025 recebemos receita extraordinária e não recorrente de R\$ 6,9 milhões, referente ao inventário e processo de espólio, o qual deixou em testamento seus bens (imóveis, móveis, cotas e investimentos) para diversas associações sem fins lucrativos, em partes iguais, incluindo a Unibes. Em 2024, a Entidade recebeu um valor de R\$ 17,8 milhões referente ao mesmo processo de espólio.

12. Receitas dos bazares

	2025	2024
Bazar Rodolfo Miranda 293 (sede)	3.049	2.623
Bazar Guarani	-	2.061
Bazar Prates	2.251	-
Bazar Celso Garcia (Brás)	1.966	1.625
Bazar Rodolfo Miranda 294	1.514	1.406
Bazar Lapa	1.820	1.698
Bazar Centro de Distribuição	1.616	1.458
Bazar Santana	1.833	1.669
E-Bazar	796	713
	<u>14.843</u>	<u>13.253</u>

O valor da isenção de ICMS, PIS e COFINS sobre o faturamento dos bazares representou em 2025 uma economia de R\$ 4 milhões (R\$ 3,6 milhões em 2024):

	PIS	COFINS	ICMS	2025	2024
Benefícios usufruídos	245	1.128	2.672	4.045	3.611

13. Agência Unibes Sobreviventes do Holocausto

A agência é fomentada por recursos recebidos de órgãos internacionais de ajuda às vítimas do Holocausto. Os valores desembolsados para seus beneficiários obedecem determinados critérios estabelecidos pela Claims Conference, ONG Estadunidense, baseada em Nova York, EUA.

UNIÃO BRASILEIRO ISRAELITA DO BEM-ESTAR SOCIAL (UNIBES)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

14. Parcerias municipais e estaduais

A Entidade recebeu subvenções do poder público, contabilizadas como receitas com “parcerias municipais”, recursos estes utilizados para fazer face à manutenção e programação de obras sociais e filantrópicas, sob sua responsabilidade. São eles:

	2025	2024
Parceria Municipal - Assistência Social	6.118	5.689
Parceria Municipal - Menor e Adolescente	3.990	3.916
Parceria Estadual	380	424
	<u>10.487</u>	<u>10.029</u>

15. Salários, encargos e benefícios

	2025	2024
Salários, horas extras e outros	15.592	14.363
Férias	1.956	1.927
13º salário	1.489	1.353
Encargos sociais - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e PIS	1.499	1.586
Benefícios (vale-transporte, cesta básica, vale refeição e outros)	4.202	4.051
FGTS - multa rescisória	615	584
Aviso prévio e indenizações	539	421
Outros	133	262
	<u>25.961</u>	<u>24.610</u>

16. Projetos Sociais

	2025	2024
Projetos Sociais	<u>5.559</u>	<u>4.848</u>
	<u>5.559</u>	<u>4.848</u>

Os projetos sociais estão relacionados com o suporte financeiro às aproximadamente 1.500 famílias em situação de vulnerabilidade social.

17. Auxílio para bolsas de estudos

	2025	2024
Auxílio para bolsas de estudos	<u>4.577</u>	<u>3.527</u>
	<u>4.577</u>	<u>3.527</u>

O auxílio para estudo socioeconômico para bolsas de estudos abrange jovens no ensino universitário.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

18. Outras despesas operacionais

	2025	2024
Baixa de ativo imobilizado	1.372	-
Contingências trabalhistas	680	121
Despesas de eventos beneficentes	744	37
Despesas relacionadas aos imóveis (manutenção, limpeza, seguros...)	1.482	1.619
Despesas com veículos	304	206
Outras despesas	2.367	2.636
	<u>6.939</u>	<u>4.619</u>

19. Cobertura de seguros

A Entidade mantém cobertura de seguros, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

20. Contingências

A Entidade em curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por técnicos especialistas, avalia expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Com base na análise dos riscos identificados e assessorados pelos consultores legais, a Entidade constituiu provisão para contingências cujas probabilidades de perda são consideradas prováveis em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 726 (R\$ 186 em 31 de dezembro de 2024). A Entidade está envolvida em outras ações de natureza trabalhista, relacionadas com demandas trabalhistas, consideradas pelos consultores jurídicos com probabilidade de perda possível, as quais, em 31 de dezembro de 2025, montam R\$ 369 (R\$ 74 em 31 de dezembro de 2024).

21. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Entidade restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo, contas a receber e fornecedores a pagar, em condições normais de mercado. Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os períodos de vencimentos, se aproximam dos valores de mercado. Durante os exercícios de 2025 e 2024, a Entidade não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros na forma de derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

Considerações sobre riscos

Estrutura do gerenciamento de risco

A Entidade avalia os riscos nos seus instrumentos financeiros e define quais são os limites apropriados e aceitáveis considerando as suas operações e objetivos.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de déficit financeiro da Entidade caso uma contraparte em qualquer dos instrumentos contratuais falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos seus recebíveis. Historicamente a Entidade não tem sofrido perdas relevantes decorrentes da falta de cumprimento de obrigações financeiras com seus financiadores.

Riscos de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Entidade encontrar dificuldade em cumprir com as obrigações associados com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a recuperação da Entidade.

Riscos de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de juros das aplicações, têm nos ganhos auferidos em função do seu portfólio ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. A Entidade administra os riscos de mercado por meio de aplicações financeiras em fundos de baixo risco de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras de primeira linha.

22. Eventos subsequentes

Não observamos nenhum evento subsequente entre o encerramento contábil e emissão deste documento que ensejasse menção nestas notas explicativas.